



Escola Nacional de Administração Pública

LIÇÕES E EXPERIÊNCIAS DO PÚBLICO LGBTQIA+ NO AMBIENTE DO MST

Artigo apresentado ao curso de Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias - ENAP, para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Políticas Agropecuárias.

Aluno: Neidson César Freitas Nobre

Orientador: Prof. Dr. Antonio Sergio
Escrivão Filho

Brasília – DF
Novembro/2020



Escola Nacional de Administração Pública

LIÇÕES E EXPERIÊNCIAS DO PÚBLICO LGBTQIA+ NO AMBIENTE DO MST

Autor(es): Neidson César Freitas Nobre¹

Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

Palavras chave: sexualidade, terra, movimentos sociais.

Resumo: Na disrupção do entendimento de quem vive no campo, e aí se inserem toda a diversidade que existe como ser pungente que produz e vive nesse ambiente. O artigo vem tratar sobre essa diversidade do ponto de vista da sexualidade, de como esses atores se organizam nos acampamentos, seus desafios e o que estão conquistando. Trata de como as LGBTQIA+ estão inseridas no contexto dos movimentos sociais, implicitamente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Abstract: In the disruption of the understanding of those who live in the countryside, and there are inserted all the diversity that exists as a poignant being that produces and lives in that environment. The article deals with this diversity from the point of view of sexuality, how these actors organize themselves in the camps, their challenges and what they are achieving. It deals with how LGBTQIA + are inserted in the context of social movements, implicitly in the Movement of Landless Rural Workers - MST.

Resumen: En la ruptura del entendimiento de quienes viven en el campo, y allí se inserta toda la diversidad que existe como ser conmovedor que produce y vive en ese entorno. El artículo aborda esta diversidad desde el punto de vista de la sexualidad, cómo estos actores se organizan en los campamentos, sus desafíos y lo que están logrando. Se trata de cómo LGBTQIA + se insertan en el contexto de los movimientos sociales, implícitamente en el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra - MST.

¹ Analista Financeiro na Superintendência de Orçamento e Finanças na Companhia Nacional de Abastecimento – Conab.

Introdução

“Nós estamos na mesma luta. Se tem machismo e LGBTfobia não há reforma agrária” – Dê Silva²

A humanidade é diversa, dessa formação como entes sociais em toda nossa história como sociedade, a sexualidade esteve presente, seja ela nos moldes cis hétero nos traços deixados por figuras que trouxeram a homossexualidade ao debate.

Compartilhando desta história e literatura o presente artigo tem como escopo uma análise sobre o público LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, onde o sinal “+” abriga todas as outras formas de orientação sexual e identidade de gênero) no campo, especificamente nos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

No item 1 inicia-se a abordagem conceitual (bibliográfica), sobre a questão LGBTQIA+ para propiciarmos maior alcance aos diversos tipos de leitores, propondo maior visibilidade ao tema.

A questão de gênero é abordada quando das reivindicações das mulheres dos acampamentos da reforma agrária como ser vulnerável, até então invisível nas decisões dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. A sexualidade também é explicada no campo do ser, do indivíduo e no espectro de sua notabilidade, incluindo as definições de patriarcado e heterossexismo. Ainda trago os acontecimentos de Stonewall, em Nova York.

Adiante no item 2 demonstro essa abordagem na interface com os movimentos camponeses e busco identificar e compreender as questões e desafios que caracterizam o cotidiano desta população na sociedade brasileira e sua agenda de reivindicações, relacionando tal bibliografia com a literatura sobre movimentos camponeses no Brasil e complementando com nosso foco do artigo que são as LGBTQIA+ e seu caminho na luta dentro do movimento, na luta pela visibilidade e reconhecimento, assim como são reconhecidos os direitos, a participação e a inserção dos heteros cis.

Lanço também o questionamento sobre a situação das LGBTQIA+ nos acampamentos, os primeiros passos para o reconhecimento como agente de decisões, e

um dos eventos mais importantes para esse público, o Seminário Nacional “O MST e a diversidade sexual”, bem como outro acontecimento tão mais significativo que foi a criação do Coletivo Auto-Organizado LGBTQIA+ no âmbito do movimento.

Sem a pretensão de esgotar o tema, no item 3 analiso a inserção deste público na esfera organizativa e produtiva. Com o material das entrevistas semi-estruturadas junto às lideranças LGBTQIA+ do MST por meio digital síncrono e assíncrono pude emergir com um olhar mais disruptivo no que representa as LGBTQIA+ pertencerem ao movimento como atores importantes e que atualmente estão na maioria dos núcleos, setores e coordenações do MST. A análise documental com os materiais disponíveis (sítio, cartilhas, vídeos) enriqueceram a análise para a elaboração do artigo.

Participaram dessa fase os coordenadores dos Coletivos LGBTQIA+ Regionais do País: Região Sul (Paraná) o coordenador Gay cis Vinícius Oliveira, Região Sudeste (São Paulo) a coordenadora Lésbica cis Bruna Mafort, Região Nordeste (Pernambuco) a coordenadora cis Lésbica Flávia Tereza, Região Centro-Oeste (Mato Grosso) a coordenadora Trans Dê Silva e Região Norte (Amazônia) o coordenador Gay cis Carlo Magno.



Imagem 1: da esquerda para direita: Vinícius Oliveira (Crédito: Rafael Stedille); Bruna Mafort (Arquivo pessoal); Flávia Tereza (Arquivo Pessoal); Dê Silva (Arquivo Pessoal) e Carlo Magno (Arquivo Pessoal).

Em cada região os olhares se voltam aos projetos futuros, a caminhada de todos do movimento em todos os setores esbarra atualmente nas LGBTQIA+, e isso não é posto aqui como uma intenção pejorativa, mas sim como conquista e óbvio que onde há persistência há vivências e aprendizados. Contudo nem sempre o que se planeja é efetivamente concretizado, pois assim como outras coordenadorias (mulheres, campo, educação, terra) as pessoas envolvidas no Coletivo das LGBTQIA+ sofrem com suas derrotas e de acordo com os coordenadores entrevistados, está tudo bem.

O texto busca de forma objetiva demonstrar que o trabalho do “não hetero cis” é visível, é ainda hoje um grupo vulnerável, sofre com o patriarcado. Procuro deixar ao leitor uma mensagem que possa contribuir para a total extinção da homofobia, lesbofobia, transfobia, mesmo que possa parecer um devaneio de meu ser.

1. Entendimentos Sobre a Temática LGBTQIA+

*Eu tive tantos problemas; é um milagre ainda estar aqui! -
Marsha P. Johnson¹*

Fluir com objetividade em uma temática por vezes ferida por ideologias enraizadas em posicionamentos políticos e religiosos, talvez seja a melhor maneira de discorrer sobre o assunto. Como em uma sala de aula em que o docente se propõe explicitar uma matéria e torná-la dada e entendida, não se pode orquestrar um texto sem antes difundirmos onde as palavras nos levam.

O leitor (a) deve ter percebido desde a Introdução ao tema, o uso da primeira pessoa no texto. E aqui cabe um esclarecimento. Tenho lugar de fala, que acontece quando você adentra em um assunto diverso e pode discutir sobre ele, e é onde posso com minha vivência de homem cis, gay, empregado público e pai por adoção, levar o leitor a perceber o quão importante isso significa quando o autor também é um dos atores, que vai além do arcabouço teórico sobre o tema, como as autoras feministas vem afirmando no campo científico (TÁBOAS, 2017).

Outro ponto a esclarecer é que irei utilizar do recurso proposto por Ísis Táboas (2017, p.01) que consiste na utilização do primeiro nome das autoras incluído na primeira vez que é citada sua obra. A autora, em seu texto intitulado “Métodos jurídicos feministas e o (des)encobrimento do direito no cotidiano das mulheres”, explica que “ não se trata de uma negação do masculino,

¹ <https://revistahibrida.com.br/2018/09/20/a-historia-de-marsha-p-johnson-de-stonewall-ao-fundo-do-rio-holland/>

mas de uma afirmação política e teórica dos trabalhos produzidos por mulheres, que hegemonicamente são condenados ao ostracismo científico”.

Assim, além de mostrar a inserção do público LGBTQIA+ na escala produtiva e organizativa nos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, não poderia deixar de lado os evidentes esforços de mulheres no alcance de seus direitos.

Diante disso, irei discorrer sobre os termos que envolvem o objeto proposto por este artigo e nada mais objetivo que eu dê início pelas definições de gênero e sexualidade, não restringindo outros que serão utilizados.

O gênero, nas palavras de Joan Scott (1988), é o termo que se utiliza para determinar as relações sociais entre os sexos, mas que também inclui construções culturais e uma categoria sexual imposta sobre um corpo sexuado, que na seara estrutural e ideológica envolvem as relações entre os sexos.

E nessa relação entre gêneros as mulheres, como explica Gever & Vera Souza (2014), no período da Idade Média, somente os homens da Igreja discorriam sobre o sexo feminino, a misoginia serviu de base para suas escritas, considerando que estes sabiam pouco ou quase nada sobre as mulheres, além de sua repulsa por qualquer direito a que elas poderiam vir a ter. Essa estrutura e ideologia foi trazendo o enraizamento heterossexista, patriarcal e religioso que se opõe a outras formas de se relacionar ou conviver que não seja homem/mulher.

O heterossexismo² é uma aberração humana do ponto de vista social, pois atualmente as LGBTQIA+ expõem justamente o ódio, a discriminação e a negação de uma sociedade preconceituosa, abordando rotineiramente que estes não aceitam outra orientação que não seja a heterossexual.

O patriarcado nos remete à idealização do homem “alfa” e o único que possui autonomia nas decisões do lar e ampliando-a para lugares de poder, relegando à mulher somente a resiliência e aceitação, seja qual for o rumo delineado pelo seu provedor e talvez seja uma das situações que

2 **Heterossexismo** é a atitude de preconceito, discriminação, negação, estigmatização ou ódio contra toda orientação sexual que não seja a heterossexual, expressa de forma sistêmica. É a suposição de que as pessoas são todas heterossexuais ou de que a heterossexualidade é superior e mais desejável do que as demais orientações sexuais. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Heterossexismo>

mais isolam e inviabilizam a participação feminina na estrutura familiar e social, pois o patriarcado não suporta a ascensão explícita de outro gênero que não o masculino não aceitando uma estrutura que seja, por exemplo, a relação entre duas mulheres. Remeto às palavras de Ísis Táboas (2014, p. 1):

Entende-se por patriarcado um sistema de opressão que tem como características a limitação da autonomia, a apropriação do corpo, dos produtos do corpo e da força de trabalho das mulheres pelos homens. Este sistema oprime as mulheres, escondendo, calando e silenciando-as, resignando-as a não participar dos espaços de decisão e poder. Quando se trata de patriarcado, é imprescindível falar de racismo e capitalismo, afinal, essas três formas de opressão estão imbuídas pela mesma ideologia fundada sobre hierarquias e classificações sociais que propaga dominação e exploração de uma classe pela outra, do homem em relação à mulher e do branco em relação ao negro, afirmando como paradigma de superioridade o homem, branco, heterossexual e detentor dos meios de produção.

Segundo conceito a ser relacionado é a sexualidade que corresponde a vivência do ser, de como ele se relaciona com seu corpo, seja ele com seus companheiros (as), nas relações monogâmicas ou poligâmicas ou consigo mesmo. Prefaciando o livro “Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil”, a Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris Mirla Cisne (2017, p. 7) nos explica:

A sexualidade é um campo prenhe de mediações materiais e ideológicas, que atingem em cada ser social individualmente, como, também, permeiam antagonismos, explorações e apropriações no âmbito das relações sociais estruturantes. Em outras palavras, a sexualidade está presente em todo o tecido social, bem como na individualidade de cada ser social.

Lançado em 2018, o Manual Orientador sobre Diversidade, e publicado pelo antigo Ministério dos Direitos Humanos, hoje denominado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, define a sexualidade como “uma necessidade de receber e expressar afeto e contato, que traz sensações prazerosas para cada um. A sexualidade não é apenas sexo, é o toque, o abraço, o gesto, a palavra que transmite prazer” (BRASIL, 2018, p. 9).

Aderir ao tema sexualidade e direitos ligados ao movimento, principalmente nas vertentes que tornam nossos atores vulneráveis, é estar intimamente descrevendo um cenário que a camada da sociedade heterossexual pensa não necessitar de maiores debates, ser homem ou mulher cis quando se trata de sexualidade é tido como o único “normal” pelos conservadores.

Nos textos bíblicos cristãos a conjunção sexual entre os corpos só pode se dar entre o homem e a mulher. Alexandra Ribeiro Leite (2016, p.25) citando Furtado e Caldeira (2010), traz a leitura de um trecho dos escritos religiosos:

Para começar a refletir sobre os diferentes significados de passagens usualmente utilizadas pela Bíblia para justificar a homofobia, tem-se a análise que os autores Furtado e Caldeira (2010) fazem da passagem bíblica encontrada no livro de Levítico capítulo 18, versículo 22: “Não te deitarás com um homem como se deita com uma mulher. É uma abominação...”, estes explicam que o ato sexual entre pessoas do mesmo sexo era considerado proibido porque pressupunha idolatria e infidelidade de Israel a Deus, não tendo relação com os preceitos morais da época; outra explicação tecida por estes autores envolve a ideia de preservação do sêmen, pois Israel precisava crescer como nação.

Indo além em religiões não cristãs, como a muçulmana, ocorre o mesmo, ao passo em que há religiões que, a princípio, parecem ter concepções mais avançadas em relação à sexualidade, como as de matriz africana. Em seu texto intitulado *Religião e Sexualidade: dilemas contemporâneos brasileiros*, o autor Rafael da Silva Noletto (2016, p.473), professor de Antropologia da Universidade Federal de Tocantins discorre sobre este ponto:

Os autores chamam a atenção para o expressivo número de pesquisas que problematizaram o tema da homossexualidade nos cultos de religiões de matriz africana. Nesse campo, desponta como estudo precursor a etnografia de Ruth Landes (2002), antropóloga norteamericana que foi pioneira ao identificar o lugar privilegiado da homossexualidade nos cultos. Como desdobramentos dessa pesquisa, proliferam etnografias com foco na homossexualidade (sobretudo masculina) nos cultos, destacando-se os trabalhos de Peter Fry (1982), Rita Segato (2004) e Patrícia Birman (1995), que reaquecem o debate sobre o assunto nas décadas de 1980 (Fry e Segato) e 1990 (Birman), rediscutindo dados etnográficos de Landes e de seus próprios campos de pesquisa”.

E aqui convido o leitor a pensar se atualmente temos uma realidade em nosso país que inclui a diversidade ou uma realidade que nos coloca a mercê da violência que nos assombra, do medo de externar nosso afeto em público, da falta de visibilidade que nós atores LGBTQIA+ enfrentamos.

No mundo, ainda existem países em que LGBTQIA+ são perseguidos, presos, torturados e condenados a pena de morte, Arábia Saudita e Somália³ são dois exemplos desse contexto. Assim muitos fogem de seu País e pedem asilo em outro que não tenham regras duras com a comunidade gay, são os chamados refugiados.

A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR,2020)⁴ afirma que o cidadão que queira se refugiar em outro país por motivo de “identidade de gênero, orientação sexual ou características

3 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/19/internacional/1553026147_774690.html

4 Cf. <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/29/o-que-significa-ser-um-refugiado-lgbtqi/>

sexuais têm direito a essa proteção”, pois o refúgio não abrange somente os refugiados de guerra.

E acrescenta:

Qualquer pessoa que esteja fugindo de perseguição com base na orientação sexual, identidade de gênero ou características sexuais pode ser um refugiado. Isso inclui pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais ou intersexuais (nascidas com características sexuais, como órgãos genitais, gônadas e cromossomos, que não se encaixam necessariamente em noções binárias de corpos masculinos ou femininos). Esses termos não necessariamente descrevem todos (e idiomas diferentes possuem termos diferentes), mas os rótulos não importam quanto ao direito dos refugiados. Aqueles que buscam proteção precisam apenas estabelecer seu medo de perseguição por causa da identidade de gênero ou orientação sexual, não importa como se definem, mesmo que apenas pela identidade de gênero ou orientação sexual percebida.

Não é difícil imaginar que muitos são os enfrentamos da comunidade LGBTQIA+ em torno de produzir argumentos que lhes garantam sua segurança, sua saúde, sua dignidade, seu direito de ir e vir, seu direito de rir, isso mesmo, ser feliz, ser partícipe dessa coletividade.

Trago o acontecimento que definiu o modo como nós, LGBTQIA+, iniciamos nossos movimentos em prol da visibilidade.

Stonewall foi emblemático. Em um bar que levava o mesmo nome, em Nova York, no ano de 1969. Foi lá que, diante de seu iminente fechamento por pressão de pessoas contrárias (famílias heteronormativas, igreja, políticos contrários a diversidade e a livre manifestação da sexualidade) surgiu um dos primeiros atos em favor da comunidade Gay. PATRÍCIA GORISCH (2014, p.30) descreve os acontecimentos:

Policiais invadiram o local, dando voz de prisão a todos. Uma lésbica se rebelou e foi espancada até a morte. Os frequentadores do bar, horrorizados, reagiram. Pessoas que passavam na rua – o bairro era um reduto gay – ouviram os gritos e fecharam a entrada do bar com barricadas e fogo. Os policiais foram acudados e a reação ganhou força. A batalha durou duas noites.

Após o embate entre policiais e comunidade gay em Nova York, milhares de pessoas se organizaram pela visibilidade, no que foi conhecida como a primeira parada Gay com a participação de mulheres, negros e héteros simpatizantes.

Foi uma data marcante e um dos primeiros levantes da bandeira no mundo, que seguiu-se de outros acontecimentos que pressionaram governos a repensarem suas políticas públicas e seu modo de tratarem e darem visibilidade aos homossexuais.

O entendimento sobre todos terem lugar de fala é muito importante, pois o debate tem que existir, contudo a vivência LGBTQIA+ é das LGBTQIA+.

É extremamente útil e necessário, em tempos de opressão, que haja um debate extenso vindo também do heterossexual cis, pois todos podem e devem discutir sobre a temática nas conversas em seus ambientes (no lar, no ambiente de trabalho, com os amigos, dentre outros) e com isso propor alternativas, para que somando-se à vivência das LGBTQIA+ possamos definir caminhos que não seja a invisibilidade, que proponha mecanismos de combate à violência e de combate à exclusão na sociedade dos atores LGBTQIA+. Políticas Públicas voltadas para dentro e fora do acampamento são alternativas capazes de mudar o panorama que envolve esses atores.

2. Os movimentos sociais e a inserção LGBTQIA+ no campo

Eu te digo o que a liberdade significa para mim: não ter medo. - Nina Simone

Partindo da premissa de que os movimentos sociais se iniciam a partir da deflagração da insatisfação de um determinado núcleo (feministas, indígenas, LGBTQIA+, camponeses e tantos outros), trago a definição inserida na obra de JASPER (2016, p.23/24):

“Os movimentos sociais são esforços persistentes e intencionais para promover ou obstruir mudanças jurídicas e sociais de longo alcance, basicamente fora dos canais institucionais normais sancionados pelas autoridades. “Persistentes” implica que esses movimentos diferem de eventos isolados, como reuniões ou assembleias, que são as atividades básicas patrocinadas pela maioria deles”.

Organizar-se em grupos e defender o que se denomina direitos para todos que ali se reúnem e em prol de um bem maior. Assim considero o ato dessas organizações de massa o prelúdio para que entendamos o conceito de movimentos sociais. Convidando o leitor a visualizar o tema, Maria Da Glória Gohn (2011, p.335), analisa esses movimentos como “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural” organizados para alcance de suas demandas.

Um detalhe didático quando escuto que a democracia é para todos me traz a sensação de que não há privilegiados, o que seria num mundo perfeito o melhor dos cenários para todos que vivem em sociedade, mas não é o que ocorre na sociedade dita moderna. Na leitura de Jasper (2016) sobre o que é a democracia para os movimentos sociais, o autor a define tanto como um

objetivo quanto um meio. E vai mais profundamente em sua explanação quando a critica nos mostrando que a democracia vem carregada de muitas promessas que na atualidade parecem não ter sido cumpridas em sua totalidade, sejam elas em âmbito dos direitos humanos, direitos políticos e bem-estar econômico, as que adentram a saúde, moradia e alimentação. E para uma parcela da sociedade motivada pelo sentimento de promessa não cumprida o autor esclarece que “quando grupos percebem que seus governos estão fracassando na tarefa de prover essas coisas, aprendem a se reunir em movimentos sociais” Jasper (2016 p.38/39).

O formato da sociedade civil, no conceito de Ilse Scherer-Warren (2007), abrange os níveis organizacional, político articulatório, de mobilização e rede de movimento social. E complementa:

A rede de movimentos sociais se define como o conjunto das práticas políticas formadas pelos três níveis mencionados (organizacional, articulatório e de mobilização), transcendendo as expressões meramente empíricas desses níveis rumo à construção de uma lógica de movimento que inclui a construção identitária da luta, a definição de adversários ou opositores sociais ou sistêmicos, em nome de um projeto ou utopia de transformação social, cultural, política ou sistêmica. (2017, p. 7)

O direito à terra como objeto de moradia, produção e renda leva os denominados grupos de massa a se enfrentarem com o latifúndio, este caracterizado como elemento opressor, capitalista e dotado de ferramentas de coerção que no traçar da história levou e ainda leva famílias inteiras a abdicarem de suas terras, muitas vezes de forma violenta e trágica.

Julgo pertinente citar os trágicos episódios da luta e resistência pela terra, mesmo não sendo o foco desse artigo, passando um traçado mais simples pois acredito que fazem parte do histórico do movimento em que as LGBTQIA+ estão inseridas. Assim, temos Canudos em 1893 que “era um movimento social messiânico que não se submeteram à ordem coronelista e latifundiária” e denominado como “o maior exemplo da organização de resistência camponesa do Brasil” (FERNANDES,1999, p. 3).

Foi tida como a guerra mais trágica e também a mais violenta do Brasil. Todos os camponeses foram mortos pelas Expedições Militares do país à época.

Oitenta anos mais tarde, temos o MST, classificado movimento social, constituindo um conjunto das práticas e políticas pela junção dos níveis organizacional, político articulatório, de mobilização e que sozinho tem presença em todos esses níveis, e participa também de redes, como a Via Campesina Internacional.

O Estatuto da Terra, objeto da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, define Reforma Agrária como “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”.

A Reforma Agrária, se é que houve efetivamente uma, dado que o Brasil ainda possui milhares de terras que não cumprem seu papel social e assim são passíveis de desapropriação, é desproporcional no Brasil, foi uma alavanca para que os movimentos sociais sobre a terra pressionassem os dirigentes políticos, os órgãos jurídicos e a sociedade para o alcance equânime dessa distribuição de terra.

Conseqüentemente os movimentos sociais de luta pela terra são o fator de embate nesses objetivos a serem alcançados, pois seus integrantes pleiteiam a terra não produtiva para aqueles que não tem onde produzir, mas que sabem produzir.

Na medida em que atuam em várias dimensões os movimentos sociais enfrentam também o desafio de lutar contra sua própria criminalização por parte das elites políticas e da mídia, buscando obter o reconhecimento e a legitimidade pública para suas lutas e organizações específicas.

A principal luta do MST – reforma agrária – encontra apoio na legislação brasileira, pois conforme Escrivão Filho (2011) apresenta, a Constituição Federal de 1988 institui a tendência de transformação social, uma vez que prevê a função social da propriedade rural, ou seja, a intervenção do Estado a fim de concretizar o programa constitucional agrário, integrando fundamentos da dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho, erradicação da pobreza e desigualdades sociais.

Interessante ressaltar que as reivindicações do movimento ao longo dos anos foram ampliadas, pois se antes o objetivo era a desapropriação de terras não produtiva para fins de assentamento, hoje outras demandas são postas a mesa, tais como: educação, saúde, segurança, crédito rural e nas palavras de LEITE&DIMENSTEIN (2012), acolher a heterogeneidade de integrantes dentro do MST.

Levanto a seguinte interrogação: Se na década de 90 apoiadas pela ala feminista, as mulheres impuseram suas reivindicações. Como estariam então as LGBTQIA, que hoje encontram-se inseridas no MST?

No ambiente rural o debate é recente, assim como a questão da sexualidade também é incipiente no MST. Lutar contra episódios de homofobia, lesbofobia e transfobia no campo é bem mais difícil do que na cidade, pois a estrutura familiar é feita de um machismo bem mais acentuado e o patriarcado amplia o medo do enfrentamento. Ser “bicha”, “veado”, “mulherzinha” ou “mulher macho” não é uma das vivências mais plenas na vida de um LGBTQIA+.

Trago primeiramente o exemplo das mulheres cis dentro dos assentamentos, que na década de 80 deram início às suas reivindicações, trilhando um caminho de enfrentamento, participação mais ativa e convencimento dentro de um sistema predominantemente patriarcal, dentro do MST. Foi uma necessidade urgente e elas precisavam participar mais ativamente nos assentamentos, e não só como o componente familiar onde há a criação de seus filhos, onde se preparam as refeições e esperam resilientes as decisões do companheiro, até porque muitas entraram acreditando que ali suas vozes seriam ouvidas para além das atividades domésticas, e para isso tornou-se urgente que houvesse quem as representasse em setores importantes no Movimento.

Nem mesmo as políticas de Reforma Agrária planejadas pelas coordenações dos assentamentos as contemplavam. A faixa de terra adquirida sempre estava vinculada ao “homem da família”, no caso o esposo, e na ausência deste ainda assim somente outro do sexo masculino, poderia reivindicar a posse e aí entrava a figura do filho mais velho, nunca a mulher.

De acordo com Deere (2004) foi em 1996, na constituição do Coletivo Nacional de Mulheres, que o MST assumiu o direito da mulher à posse da terra.

No decorrer dos anos, por meio de uma articulação forte em Encontros Nacionais e Regionais do MST, a base feminina conseguiu colocar em pauta suas demandas, através de suas representantes. Assim, assuntos, como por exemplo a saúde da mulher, educação, proteção nos casos de violência doméstica tomaram relevância e foram postos em prática.

As LGBTQIA+ foram a frente de suas reivindicações um pouco mais tarde, talvez por causa do preconceito dentro do próprio movimento e pelos militantes não visualizarem questões de gênero e sexualidade como uma pauta importante a ser definida.

Somente em meados da década de 80, pois antes vivíamos em uma Ditadura Militar (1964 a 1985), a população LGBTQIA+ no Brasil iniciou sua trajetória de afirmação no enfrentamento ao preconceito através dos movimentos a favor da livre orientação sexual em um ambiente onde o primitivismo heterossexista e patriarcal era a lei.

Contudo além desses fatores, recentemente nos deparamos, através da criação do Coletivo LGBTQIA + no MST, que a existência de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais é uma realidade. A percepção de que eles querem participar do movimento e suas ideologias, somar assim como os homens e mulheres cis e como militantes tanto nos aspectos organizacionais como produtivos e lutar pelos seus direitos enquanto participes do processo e gerar engajamento, foi um passo importante nessa estrutura enquanto grupo social representativo.

Cronologicamente, em 2016, nos acampamentos do MST, os grupos LGBTQIA+ uniram-se para tratar sobre a LGBTfobia no campo e no movimento.

A educadora popular, bissexual e militante do MST Lizandra Guedes⁵ diz que essa luta vem um pouco antes, mais especificamente em 2014, quando do 6º Congresso Nacional do MST, em Brasília. Foi lá que houve a necessidade de expandir o horizonte das novas relações entre a natureza e entre os seres humanos, notadamente as relações homoafetivas.

Logo após, em 2015 ocorreu o Seminário Nacional “O MST e a diversidade sexual”, um indicativo de que os integrantes do movimento estariam caminhando para além da luta pela Reforma Agrária, inserindo a diversidade como uma de suas bandeiras (LIMA, 2019).

Ampliando suas pautas, em 2018, o Coletivo Auto-Organizado LGBT Sem Terra tomou forma, como ente legitimado durante o Encontro da Coordenação do MST, na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema, no interior de São Paulo⁶. A legitimação trouxe o empoderamento as LGBTQIA+.

3. Inserção das LGBTQIA+ na estrutura Organizativa e Produtiva no MST

"Para que preciso de pés quando tenho asas para voar?" – Frida Kahlo

“Reforma Agrária não é só Terra”, essa foi uma das falas de Vinicius Oliveira, coordenador do Coletivo LGBTQIA+ no MST localizado no Estado do Paraná em sua Participação no I Seminário Internacional Gêneros e Interdisciplinariedade realizado pelo Departamento de Turismo da Universidade de Brasília no período de 28 de setembro a 02 de outubro de 2020.⁷

A essência da fala do Vinicius define que além da posse da terra, os assentados precisam de infraestrutura para produzir e permanecer na terra conquistada. Não basta pura e simplesmente

5 Fonte: <https://mst.org.br/2019/03/27/nos-nao-voltaremos-para-o-armario/>

6 Fonte: <https://mst.org.br/2019/03/27/nos-nao-voltaremos-para-o-armario/>

7 Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=pEsorMPPrphA>

o pedaço de terra, não basta ser dono dela sem o mínimo de ferramentas para construir seus objetivos de vida, não basta estar ali com seus familiares e não ter a segurança de que uma comunidade necessita, as políticas públicas de saúde, segurança e educação devem atingir aquele que do acampamento se desloca para seu pedaço de terra. Conforme detalhado por LEITE (2012, p.110/111):

Mesmo que ainda reduzido ante a forte concentração fundiária que marca o caso brasileiro, o número de projetos de assentamentos rurais vem aumentando, permitindo afirmar que existe certa “irreversibilidade” nesse processo e uma quantidade não desprezível de famílias que acionam o novo “estatuto” de assentado para a construção de novas formas de organizar a vida, a produção etc., bem como para acessar um conjunto de bens, serviços, mercados e políticas públicas.

Além do mais, a permanência no campo daquela família com a conquista da posse de terra é a concretização da luta do MST, somando-se ao fato de que intrinsecamente ele possa comercializar o que se produz, gerando renda familiar.

Os símbolos fazem parte da história do movimento, em sua página na internet cada cor e cada figura que permeiam a bandeira do MST tem seu significado.

Cor vermelha: representa o sangue que corre nas nossas veias e a disposição de lutar pela reforma agrária, pela transformação da sociedade. **Cor branca:** representa a paz, que somente será conquistada quando houver justiça social. **Cor preta:** representa nosso luto e a nossa homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que tombaram lutando pela nova sociedade. **Facão:** representa a ferramenta de trabalho, de luta e de resistência. Ele ultrapassa o mapa para indicar que o movimento é internacionalista. **Mapa do Brasil:** representa a luta nacional dos Sem Terra e que a reforma Agrária deve acontecer em todo o país. **Cor verde:** representa a nossa esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos. **Trabalhadora e Trabalhador:** representa a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras.⁸

Somos seres que necessitamos de figuras, imagens, monumentos, registros. São eles que nos contam histórias que nos fazem entender o porquê das guerras e revoluções, das mudanças na sociedade e também da nossa individualidade ou quando estamos inseridos em um grupo.

E é dessa forma que o MST procura deixar registrado seus trinta e cinco anos de luta pela terra e por igualdade social. A lona preta, que representa a determinação por uma Reforma Agrária

justa onde atualmente existe a segregação e injustiça que envolvem a luta pela terra e o hino⁹, cantado em congressos, reuniões regionais e comemorações também completam a simbologia do movimento.

O MST atualmente está inserido em vinte e quatro estados no Brasil e sua estrutura é fundamentada em participação ativa e democrática de todos os seus membros nas tomadas de decisões. Nogueira et al (2018, p. 291) afirma que “a vitalidade do MST, vem fundamentalmente, da sua capacidade de se reinventar, de buscar formas para dar respostas organizativas às múltiplas necessidades que envolvem a vida das (os) Sem Terra”.

Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Destes núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito a voto: adultos, jovens, homens e mulheres... Além desses espaços, as famílias também se organizam por setores para encaminharem tarefas específicas, que são organizados desde o nível local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado. (MST, *on line*)¹⁰

9 Hino do MST: Vem façamos nossa liberdade/braços forte que rasgam o chão/sob a sombra de nossa valentia/desfraldamos a nossa rebeldia/e plantamos nesta terra como irmãos!/Vem, lutemos punho erguido/Nossa força nos faz a edificar/Nossa pátria livre e forte/construída pelo poder popular/Braço erguido ditamos nossa história/sufocando com a força os opressores/hasteemos a bandeira colorida/despertemos esta pátria adormecida/o amanhã pertence a nós trabalhadores!/ Vem, lutemos punho erguido/Nossa força nos faz a edificar/Nossa pátria livre e forte/construída pelo poder popular/Nossa força resgata pela chama/da esperança no triunfo que virá/forjaremos desta luta com certeza/pátria livre operária e camponesa/nossa estrela enfim triunfará!/ Vem, lutemos punho erguido/Nossa força nos faz a edificar/Nossa pátria livre e forte/construída pelo poder popular. Letra: Ademar Bogo

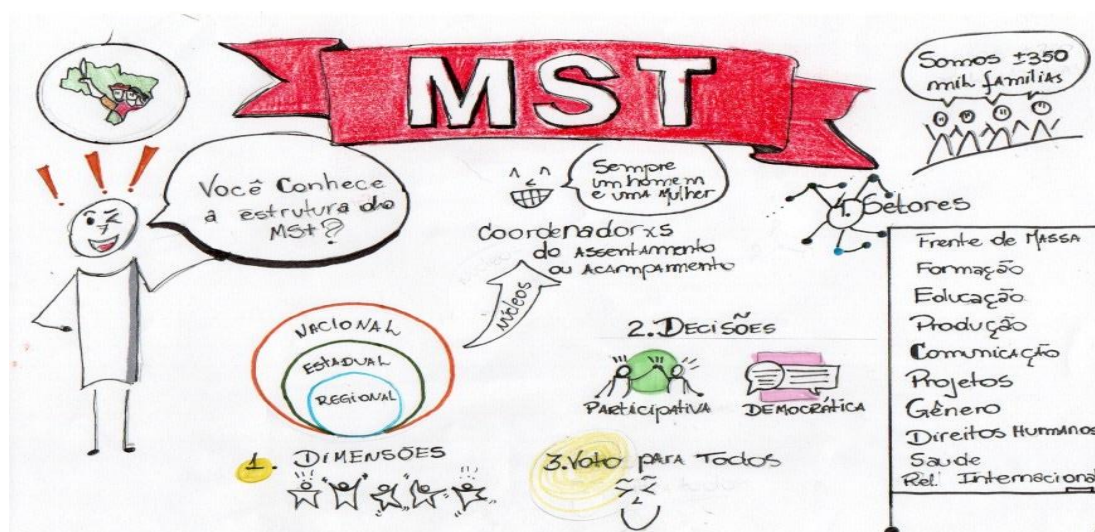


Figura 1. (Crédito: Frederico Nobre)

Podemos observar nessa atual estrutura que a questão da igualdade de gênero dentro do MST, que foi sendo pleiteada desde final da década de 80 a meados da década de 90, logrou às mulheres a participação nas tomadas de decisões em sua forma mais ampla no movimento.

Ainda em seu sítio na internet as principais demandas são tratadas como “Temas” que atualmente são: Agroecologia, Agronegócio, Agrotóxicos, Cultura, Comunicação, Direitos Humanos, Educação, Internacionalismo, Juventude, LGBT Sem Terra, Lutas Populares, Mulheres, Reforma Agrária Popular e Saúde Popular. Ao clicar em cada tema o leitor é transportado para as matérias que resumem os acontecimentos que o movimento julga pertinente publicá-los.

Dentre os quatorze temas o leitor pode perceber a presença das LGBTQIA+, um espaço que hoje conta com representações nacionais, regionais e estaduais, que de acordo com o Coordenador LGBTQIA+ Carlo Magno (Região Norte), há representantes que ficaram com a tarefa de mapear e articular as LGBTQIA+ assentadas e acampadas no movimento.

O nascimento do Coletivo Auto-Organizado LGBTQIA+ é fruto do incômodo desses atores em não serem reconhecidos como tomadores de decisão e formuladores de projetos no MST. Nas palavras da coordenadora LGBTQIA+ Bruna Mafort (Região Sudeste)

“o coletivo LGBT Sem Terra nasceu de conspiração dos sujeitos LGBT presentes no movimento, entendendo a pauta da diversidade como uma pauta importantíssima quando se discute Reforma Agrária Popular, quando se discute novos projetos de relação econômica e social”. (Entrevista virtual, 07/10/2020).

A diversidade no campo sempre esteve presente, e é por esse motivo que hoje a sexualidade é tratada com tanta importância dentro do acampamento. As pautas que tornam a visibilidade das LGBTQIA+ são tratadas de forma ampla graças ao empenho de toda uma organização e planejamento dos coordenadores e seus projetos, com a participação ativa de todos os seus membros.

Dentre os projetos que avançam no movimento nesse momento específico de pandemia em decorrência da Covid-19 está a rede de combate à violência doméstica, que envolve o Setor de Gênero e o Coletivo, que de acordo com a coordenadora LGBTQIA+ Bruna, por conta do período de quarentena que objetiva conter a disseminação do vírus (uma das recomendações da Organização Mundial de Saúde¹¹) tanto as mulheres como as LGBTQIA+ acabam sendo vítimas de seus agressores. Em tempo também ocorreu o Ciclo Virtual para os estudantes dos acampamentos, de acordo com Flávia Tereza, coordenadora LGBTQIA+ (Região Nordeste), cujo objetivo foi dar suporte aos estudantes no período de quarentena da Covid-19. (Entrevista virtual, 26/10/2020).

A participação das LGBTQIA+ no MST em todos os setores, foi ponto de concordância entre todos os coordenadores entrevistados. Essa inserção não aconteceu somente por conta da criação do Coletivo Auto-Organizado, mas pelo simples fato de que os sujeitos dentro do movimento sempre foram diversos, contudo com o Coletivo a visibilidade fica mais evidente. A coordenadora Flávia explica que na Região Nordeste as maiores experiências são no Associativismo onde cada LGBTQIA+ tem sua tarefa e função. Lá alcançou-se em 2020 a implantação da Executiva do Coletivo no Estado de Pernambuco e também uma cadeira na Direção Geral, de maioria hetero cis.

A educação para a formação de sujeitos que contribuam com os objetivos do MST, do ensino básico ao superior, é uma projeção de futuro que adentra no acampamento. E percebi com as entrevistas que já é facilmente observável os integrantes LGBTQIA+ que possuem formação superior.

11
<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1112-recomendac-a-o-n-022-de-09-de-abril-de-2020>

<http://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/1112-recomendac-a-o-n-022-de-09-de-abril-de-2020>

A coordenadora Trans LGBTQIA+ Dê Silva (Região Centro-Oeste) formada em Pedagogia é fruto do PRONERA¹² (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) criado em 1998, por meio da Portaria nº 10/98, do Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Ela e sua família estão no movimento desde 1997, época em que estavam acampados e hoje encontram-se assentados no Mato Grosso. Afirma que todos os temas são debatidos em sua amplitude pelas LGBTQIA+ no MST, seja na educação, segurança e somando-se a questão agrária, dentro das formações políticas e ideológicas do grupo.

Na produção dentro do MST, Dê Silva explica que todos estão inseridos “nas diversas trincheiras” onde se encontram as LGBTQIA+ no MST e que isto está assegurado dentro das normas que regem o acampamento, onde todos tem que ser respeitados, independentemente de sua orientação sexual e que o movimento é coletivo e que cabem todos, demonstrando assim um ganho na luta pela diversidade.

Na regional Sul do país a receptividade aos integrantes do Coletivo LGBTQIA+ foi positiva, incluindo os setores de educação, cultura e comunicação, de acordo com o coordenador LGBTQIA+ Vinicius de Oliveira (Entrevista virtual, 14/10/2020), o que contribui efetivamente nas questões produtivas em cada uma dessas áreas, pois de acordo com ele, os integrantes não participam somente do Coletivo LGBTQIA+, eles estão em outras frentes, ou seja, há a projeção para áreas de cultura, comunicação, alimentos, dentre outras.

Na soma de tudo, temos um Coletivo Auto-Organizado de fato, que procura incluir todos e todas não se atendo somente a um tema. E a junção de trabalho, organização e avaliação de cada projeto, torna as LGBTQIA+ visíveis no acampamento.

No entendimento de cada um a percepção da vida no campo abrange a luta por uma Reforma Agrária condizente e justa para todos, não se pode ter distribuição não equitativa em dimensões como a do nosso País, pois a cada um pode ser dado o direito a moradia, independentemente se na cidade ou se no campo e independentemente de orientação sexual. O coletivo segue com suas propostas ano após ano e com o intuito de estar presente nas principais tomada de decisões dos acampamentos.

4. Considerações Finais

"O patriarcado destrói, o capitalismo faz a guerra. O sangue LGBT também é sangue Sem Terra" – Palavra de Ordem do Coletivo LGBT Sem Terra

Em um universo heteronormativo por maioria, patriarcal e masculinizado, com características ainda mais enraizadas no campo e diante de uma literatura ainda incipiente, foi necessário contribuir (torcendo para que haja essa contribuição) com um conteúdo que somasse frente às questões que fragilizaram, mas que também empoderaram as LGBTQIA+ em sua história no MST.

As LGBTQIA+, organizadas como Coletivo no MST, ainda incipiente, é uma caminhada cujos projetos farão história, são cinco anos como ente dentro dos normativos, porém as fases que permearam desde sua primeira reunião regional, para colocar em pauta o tema no acampamento, e mesmo com entraves e resistências provam que o espelho da luta em outras épocas da história gay no mundo (Stonewall) definiu quem somos na seara da luta contra o preconceito e para a extinção da vulnerabilidade como ente social.

A coordenadora Flávia nos mostra em suas palavras a força que uma LGBTQIA+ precisa ter no campo.

A vida no campo não é poesia diária ela é uma luta constante para que a terra gere frutos e nos sustente precisamos trabalhar duro todo dia. Mas muito gratificante poder nos alimentar do fruto do nosso suor, daquele chão que antes era um latifúndio e hoje brota vida e nos alimenta então para mim é isso a vida no campo gera vida. (Entrevista virtual, 26/10/2020)

Gestar um movimento dentro de um movimento é a primeira percepção que me veio à cabeça ao entrevistar os coordenadores LGBTQIA+. São pessoas fantásticas, trabalhadoras, que estão ali porque acreditam nos princípios e ideologias do MST. Querem moradia, segurança, educação, liberdade para vivenciar sua sexualidade, e querem porque todos tem direitos, não é um privilégio.

Aprendizados, vivências, produtividade no movimento, organização e até enfretamento nas mudanças que permeiam a sexualidade dentro do acampamento, é um horizonte possível.

No mais, todas as LGBTQIA+ contribuem com o movimento, são entes necessários, são seres com histórias concretas de superação, de amor, de apego ao roçado, de vontade e força para aprender e seguir adiante com seu arcabouço de sabedoria no campo.

5. Referências Bibliográficas

ACNUR. **O que significa ser um refugiado LGBTQI**. Online, 20/06/2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2020/06/29/o-que-significa-ser-um-refugiado-lgbtqi/>. Acesso em 03/10/2020.

BRASIL. **Manual orientador sobre diversidade**. Ministério dos Direitos Humanos. Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília: Presidência da República, Ministério dos Direitos Humanos, 2018.

CALDART, Roseli Salette (Org. et al). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DEERE, C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Vol.12 nº1. p.175-204. 2004.

ESCRIVÃO FILHO, A. Hermenêutica constitucional como fundamento para a política agrária. In: MANIGLIA, Elisabete; COSTA, Yvete Flávio da (Org.). **Direito e políticas públicas de sustentabilidade**. Ribeirão Preto: Ed. Legis Summa, 2011.

FERNANDES, B. M. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. 2000. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/terra/mst3.htm>. Acesso em 15/07/2020.

GEVER, D. L. As mulheres e a igreja na Idade Média: misoginia, demonização e caça as bruxas. **Revista Acadêmica Licência & Acturas**. Instituto Ivoti ,v. 2 n.1, p. 113-121. janeiro/junho. 2014. Disponível em: <http://ieduc.org.br/ojs/index.php/licenciaeacturas/article/viewFile/38/34>. Acesso em 23/08/2020.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, maio-ago. 2011.

GORISCH, P. **O reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT**: de Stonewall à ONU. Curitiba: Ed. Appris. 2014.

LEONARDO, N. (Org. et al) **Hasteemos a bandeira colorida**: diversidade sexual e de gênero no Brasil. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2018.

LEITE, A. R. Homens católicos com práticas homossexuais: **desregulação religiosa e produção de sentidos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pernambuco: UFPE, 2016.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Não voltaremos para o armário**. Matéria. Online. Por Wesley Lima. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/03/27/nos-nao-voltaremos-para-o-armario/>. 27/03/2019. Acesso em 15/07/2020.

NOLETO, R.D. **Religião e Sexualidade**: dilemas contemporâneos brasileiros. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n46/1809-4449-cpa-46-0471.pdf>. Cadernos Pagu. Vol.46.2016.

PEREIRA, C. F. **Política Pública LGBT e Construção democrática do Brasil**. Curitiba: Ed. Appris. 2017.

SCHERER-WARREN, I. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 15 no 1, p. 5-22, abril 2007.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v.15, n.2, jul./dez. 1990. Tradução de Guacira Lopes Louro, versão em francês. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva, de acordo com o original em inglês. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667> . Acesso em 20/08/2020

TÁBOAS, Ísis. **Viver sem violência doméstica e familiar**: a práxis feminista do Movimento de Mulheres Camponesas. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília. Programa de Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania. Brasília: UnB, 2014.

TÁBOAS, Ísis. Métodos jurídicos feministas e o (des)encobrimento do direito no cotidiano das mulheres. In: Schinke, Vanessa Dorneles (Org). **A violência de gênero nos espaços do direito**: narrativas sobre o ensino e aplicação do direito em uma sociedade machista. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 335-352.

PLANILHA DE AVALIAÇÃO DO ARTIGO APRESENTADO

Critério	Avaliação	Peso	Nota do critério	Nota Final
O título é adequado e espelha o trabalho apresentado?	<input type="checkbox"/> sim, plenamente adequado <input type="checkbox"/> pode ser melhorado <input type="checkbox"/> não	1		
O problema/objeto de pesquisa proposto é atual e relevante?	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> é atual, mas irrelevante <input type="checkbox"/> é relevante, mas já foi estudado <input type="checkbox"/> não	3		

O resumo apresenta problema de pesquisa, objetivo, método, resultados e conclusão do trabalho?	<input type="checkbox"/> sim, plenamente adequado <input type="checkbox"/> pode ser melhorado <input type="checkbox"/> não	1		
Objetivos estão claros e bem definidos?	<input type="checkbox"/> sim, estão claros e bem definidos <input type="checkbox"/> estão relativamente definidos <input type="checkbox"/> não estão claros e nem definidos adequadamente	2		
Arcabouço teórico é adequado para analisar o objeto proposto?	<input type="checkbox"/> sim, o estado da arte está completo e coerente <input type="checkbox"/> faltou apresentar alguns conceitos e teorias <input type="checkbox"/> não está adequado.	2		
Os Métodos de pesquisa foram adequados para estudar o objeto proposto?	<input type="checkbox"/> sim, foram adequados <input type="checkbox"/> em parte, mas poderiam ser complementados <input type="checkbox"/> não estão adequados	2		
A análise dos dados e resultados foi realizada com interpretação correta dos dados e articulada com o arcabouço teórico?	<input type="checkbox"/> sim, a análise está correta e alinhada ao problema proposto <input type="checkbox"/> poderia ser melhorada <input type="checkbox"/> não, existem erros metodológicos consideráveis	3		
As Conclusões retornam ao problema inicialmente proposto retomam os dados e	<input type="checkbox"/> sim, a conclusão está coerente <input type="checkbox"/> não está adequada	2		



arcabouço teórico apresentados no artigo?				
Recomendaria o artigo para publicação?	<input type="checkbox"/> sim, da forma como está <input type="checkbox"/> sim, mas com alterações <input type="checkbox"/> não	1		